

ARTIGO DE OPINIÃO

BIÓLOGO OU PROFESSOR DE BIOLOGIA? A FORMAÇÃO DE LICENCIADOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO BRASIL

Lia Maris Orth Ritter Antiqueira¹

RESUMO

Discute-se aqui a formação de licenciados em Ciências Biológicas nas universidades brasileiras. Muitas vezes os cursos de Licenciatura não valorizam a carreira docente e contribuem para que não se fortaleça a identidade do professor de Biologia. Diversas instituições de ensino superior propõem em seus projetos de curso a formação de biólogos que poderão também ser professores, quando, na verdade, deveriam priorizar a formação docente, que será a carreira profissional abraçada pela grande maioria dos egressos. Essa prática é comumente chamada de “bacharelização” dos cursos de Licenciatura e ocorre com frequência, contribuindo para a desvalorização da carreira docente e desmotivação dos alunos que optam por essa graduação. É urgente e necessário fortalecer a identidade desses cursos e de seus docentes, de forma que compreendam sua função no processo de formação de professores de Biologia e não de biólogos que dão aula.

Palavras-chave: Ensino Superior. Identidade profissional. Licenciatura.

Recebido em: 13/05/2018

Aprovado em: 20/09/2018

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa, PR, Brasil.

OPINION ARTICLE

BIOLOGIST OR TEACHER OF BIOLOGY? THE TRAINING OF EDUCATORS OF BIOLOGICAL SCIENCES IN BRAZIL

Lia Maris Orth Ritter Antiqueira

ABSTRACT

We here discuss the formation of teachers in Biological Sciences in Brazilian universities. Often, undergraduate courses do not value the teaching career and contribute to the weakening of the biology teacher's identity. Several higher education institutions propose in their course projects the formation of biologists who may also be teachers, when in fact they should prioritize teacher training, which will be the professional career embraced by the vast majority of graduates in biology in Brazil. This frequent practice is commonly called the "bacheloring" of teaching degrees, contributing to the devaluation of the teaching career and demotivation of students who choose this type of degree. It is urgent and necessary to strengthen the identity of these undergraduate courses and their professors, so that they understand their role in the training process of biology teachers instead of biologists who teach.

Keywords: Higher education. Professional identity. Teaching degree.

Received on: 13/05/2018

Approved on: 20/09/2018

Atualmente tem se discutido sobre a formação de licenciados e bacharéis no Brasil e o quanto ela deve ser parecida em cursos com a mesma denominação. No caso do curso de Ciências Biológicas, esse é um tema que divide os docentes que trabalham com formação superior a ponto de criar dúvidas nos alunos que ingressam nesses cursos, visto que acabam por desconhecer as atribuições específicas da carreira escolhida.

Essa dificuldade de diferenciação do licenciado e do bacharel em Ciências Biológicas surgiu junto com a Lei nº 6.684 de 3 de setembro de 1979, que regulamentou a profissão do biólogo no Brasil e criou o Conselho Federal de Biologia. O artigo primeiro define como biólogo “o portador de diploma de bacharel ou licenciado em curso de Ciências Biológicas” (BRASIL, 1979).

De fato, a formação específica de Ciências Biológicas é muito similar, trabalhada com afincos nos dois modelos de curso. Todos os habilitados têm domínio de Genética, Ecologia, Botânica, Zoologia, Fisiologia e as demais áreas de conhecimento relacionadas. O que difere é a formação pedagógica, que é priorizada nos cursos de Licenciatura em detrimento do Bacharelado.

Essa questão foi negligenciada por muito tempo no Brasil, de forma que os cursos de Licenciatura e Bacharelado trabalharam em linhas muito próximas de formação nas duas habilitações. Porém, em 2001, por meio do Parecer nº 1.301, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu diretrizes curriculares para a formação de bacharéis e licenciados em Ciências Biológicas (BRASIL, 2001).

Segundo o referido parecer, a modalidade de Bacharelado deverá possibilitar orientações diferenciadas nas várias subáreas das Ciências Biológicas, enquanto a Licenciatura deverá contemplar os conteúdos das Ciências Biológicas, da Química, da Física e da Saúde, além da formação pedagógica com suas especificidades e a instrumentação para o ensino de Ciências e Biologia. Somados a isso, no conjunto de conteúdos da Licenciatura estão incluídos estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior, para a Educação Básica e para o Ensino Médio.

Assim, no Bacharelado não há disciplinas pedagógicas, como Didática, Psicologia, Metodologia e Instrumentação para o Ensino, Prática como Componente Curricular e principalmente o estágio curricular obrigatório em docência. Essa é provavelmente a maior diferença de formação que é facilmente percebida quando o licenciado está atuando em sala de aula.

Muitos dos alunos quando ingressam no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas têm dúvidas sobre as possibilidades de atuação profissional, mas a questão mais comum que costumo responder desde os primeiros dias de aula na graduação na instituição em que trabalho é: quando me formar, serei biólogo ou professor de Biologia?

Há uma máxima que costumo utilizar em minhas aulas e que é motivo de polêmica quando mal compreendida, pois afirmo que todo professor de Biologia é por consequência um bom biólogo, mas nem todo biólogo é um bom professor de Biologia. Justifico este ponto de vista baseado na formação curricular que é dada no curso de Licenciatura: nenhum conteúdo ou ferramenta específica de atuação profissional é negligenciado, com o adicional de que o acadêmico será preparado para atuar na sala de aula, ensinando Ciências e Biologia (para ensinar é preciso saber!).

Mas o que leva um aluno a ingressar em um curso de Licenciatura mesmo não tendo a pretensão de exercer a carreira docente?

O primeiro ponto que fica claro ao se pesquisar sobre o tema é a falta de uma identidade profissional que defina claramente a opção de escolha de um aluno ao ingressar em um curso de Licenciatura. Para Castro, Brandão e Nascimento (2011), tal situação tem feito com que um considerável percentual de alunos manifeste e conduza sua formação, direcionando-se para a pesquisa e não para a docência. Entretanto, como afirmam os autores, a realidade que se observa entre os profissionais formados nesse curso é a maciça atuação na área da docência.

Silva (2015), ao analisar Projetos Político-Pedagógicos de Curso (PPPCs) de Ciências Biológicas em instituições públicas e privadas de ensino superior, afirma que os cursos em sua maioria possibilitam a atuação do biólogo sem distinção na Licenciatura e no Bacharelado. Para reforçar o panorama, apresenta dados do Ministério da Educação que indicam que a maioria dos cursos no Brasil que se denominam como formadores de biólogos é, na verdade, de Licenciatura.²

Isso nos remete a um grande contraste na identidade da profissão docente, que também foi apontado por Gatti (2009) ao investigar a docência como possibilidade de escolha entre

² Uma consulta atualizada ao sistema E-MEC (base de dados oficial de informações sobre Instituições de Ensino Superior e cursos de graduação) mostra que há 419 cursos de Bacharelado e 817 de Licenciatura em funcionamento regular no país. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 maio 2018.

estudantes de escolas públicas e privadas do Brasil: a carreira de professor é retratada como uma profissão desvalorizada social e financeiramente, com uma imagem pouco atraente.

Para Silva (2015) essa imagem é reforçada quando o docente é formado em um curso de caráter *bacharelesco* (grifo meu), que teoricamente pretendia ser de Licenciatura. O autor reforça a necessidade de que se constitua uma identidade própria deste profissional.

Embora não seja o foco aqui, é importante salientar que essa situação não é exclusividade dos cursos de Ciências Biológicas. Sá e Santos (2017) fazem uma análise parecida no curso de Química e afirmam que há um forte caráter *bacharelizante* (grifo meu) no currículo ativo do curso de Licenciatura. Entendem que esse caráter contribui fortemente para uma menor adesão dos egressos à profissão docente, ou seja, o exercício do magistério fica em segundo plano em relação às outras habilitações que o curso permite exercer.

A meu ver, quando uma instituição de ensino superior se propõe a ofertar um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, mas constitui um PPPC baseado na legislação da profissão biólogo, entrelaçando diretamente esse perfil profissional com o docente, ela falha em valorizar a formação que está propondo e fere o perfil profissional que deveria exaltar. Mesmo que o Conselho Federal de Biologia possibilite a atuação de licenciados e bacharéis indistintamente, há uma razão de ser para que existam diferentes habilitações e há documentos (diretrizes) que balizam tal diferenciação.

Essa falta de identidade observada na construção do PPPC e reproduzida no dia a dia nas salas de aula pelos docentes é, para Silva (2015), a causadora de tensão e confusão nos ingressantes de cursos de Licenciatura, que encontram na graduação um fator duplamente atrativo: o de que como biólogos poderão *também* executar atividades de docência (grifo meu).

Daí surgem outras indagações importantes: qual a formação dada aos docentes que elaboram esses PPPCs e que lecionam reforçando esse perfil de Bacharelado em cursos de Licenciatura? Se não há distinção do perfil profissional, qual a necessidade de existir diretrizes curriculares nacionais para formação de licenciados e bacharéis em Ciências Biológicas? E talvez a mais difícil de ser respondida: como valorizar a carreira docente e formar um bom professor de Biologia se nem mesmo os PPPCs de cursos de Licenciatura valorizam essa formação e evitam chamar o seu egresso de docente, propondo-se a formar biólogos que poderão também dar aula?

Diniz-Pereira (1998, 2011), ao analisar a carreira docente no Brasil, afirma que quando os cursos que são reconhecidamente de Licenciatura assumem feições de um curso de Bacharelado, colocam em dúvida qual tipo de profissional pretendem formar. Ainda, soma-se a isso o fato de que muitos docentes desses cursos têm dificuldade de se enxergarem como professores ou formadores de professores, identificando-se apenas como pesquisadores. Para o autor, esses sujeitos e suas representações do que são o ensino e a formação de professores também influenciam a maneira como os licenciandos reconhecem a si próprios.

Essa perspectiva é esmiuçada por Libâneo (2010), ao discorrer que os futuros professores começam a construir sua identidade profissional em ambientes subsidiados, em práticas e modos de atuar, que são estabelecidos e consolidados pela instituição em que estão sendo formados. Para exemplificar, Gonçalves e Gonçalves (1998) afirmam que os professores de cursos de Licenciatura devem compreender que seu trabalho é o de formar docentes, portanto, além de trabalhar a formação técnica, precisam necessariamente saber como transformar o conteúdo em algo que possa ser aprendido pelo seu aluno quando este estiver lecionando.

Acredito que essa discussão seja salutar e que mereça ser pauta constante de colegiados de curso e núcleos docentes estruturantes (responsáveis pela construção de PPPCs) em busca da clareza e do fortalecimento da identidade dos cursos de Licenciatura no Brasil. Além do respeito às diretrizes curriculares que norteiam a formação de professores de Biologia, é importante respeitar esses cursos e deixar bem claro que eles não formam biólogos que dão aula, mas sim professores bem preparados para encarar os desafios da profissão. Em tempos de desvalorização da carreira docente e de jovens cada vez mais indecisos ao ingressar no meio acadêmico, isso fará toda a diferença para balizar sua formação.

E aos que afirmam que não há distinção entre licenciados e bacharéis, defendendo a formação indistinta para o mercado de trabalho, fica como reflexão a máxima de Antônio Nóvoa: “nada substitui o bom professor” (NÓVOA, 2006). Para finalizar, mais um questionamento: onde será formado esse bom professor senão em um bom curso de Licenciatura?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979. Institui a profissão de Biólogo, Biomédico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 de setembro, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6684.htm>. Acesso em: 13 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.301, de 6 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Biológicas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 de novembro, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CE51301.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

CASTRO, Sinaida Maria Vasconcelos; BRANDÃO, Zaia; NASCIMENTO, Ivany Pinto. Biólogo ou professor de Biologia: um estudo entre estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 10., Curitiba, 2011. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/6436_3814.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. O que professores de um curso de licenciatura pensam sobre ensino? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 30, p. 107-113, 1998.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 230, 2011.

GATTI, Bernardete (Org.). *Atratividade da Carreira Docente no Brasil*. São Paulo: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

GONÇALVES, Tadeu Oliver; GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. Reflexões sobre uma Prática Docente Situada: Buscando novas Perspectivas para a Formação de Professores. In: GERALDI, Corinta Maria Grisola; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). *Cartografias do trabalho docente: professor(a) – pesquisador(a)*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para que?* 12. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. 208 p.

NÓVOA, Antônio. *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. Palestra proferida no Sindicato dos Professores de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

SÁ, Carmem Silvia da Silva; SANTOS, Wildson Luis Pereira dos. Constituição de identidades em um curso de licenciatura em Química. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0315.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

SILVA, José Roberto Feitosa. Documentos legais para a formação profissional: é possível fazer emergir o professor de Ciências e Biologia? *Revista de Ensino de Biologia da SBENBio*, v. 8, p. 4-14, 2015. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/07/Renbio-numero-8-sem-capa-FINAL.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

Lia Maris Orth Ritter Antikeira

Licenciada em Ciências Biológicas, mestre em Gestão do Território, doutora em Ciências e pós-doutora em Ciências Florestais e Genética. Docente e coordenadora dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa.
liaantikeira@utfpr.edu.br